DEBATES
EM EDUCAÇÃO
ISSN: 2175-6600

Artigo | *Article*

Dermeval Saviani e a defesa da escola pública brasileira

Dermeval Saviani and the defense of the brazilian public school

Dermeval Saviani et la défense de l'école publique brésilienne

Hélen Cristina de Oliveira Vieira[1]
Universidade Estadual do Paraná, Brasil.

Cézar de Alencar Arnaut de Toledo[2]
Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

Resumo
O objetivo deste artigo consiste na análise da contribuição de Dermeval Saviani na defesa da escola pública brasileira à luz dos pressupostos teóricos de Marx (2013) e Manacorda (2010, 2012). Igualmente, busca evidenciar a centralidade da categoria trabalho na compreensão da educação como prática social historicamente determinada. Para tanto, inicia tratando dos fundamentos teórico-metodológicos sobre trabalho e educação no marxismo, seguindo para a contribuição de Saviani na defesa da escola pública brasileira. Fundamentado no materialismo histórico e dialético, o autor propôs a Pedagogia Histórico-Crítica como instrumento de análise e intervenção política. Ela articula a educação à formação humana e ao projeto de sociedade, ao mesmo tempo em que problematiza as contradições capitalistas na democratização do saber. A mediação teórica de Marx (2013) e Manacorda (2010, 2012) permite mostrar o caráter contraditório do trabalho, ou seja, contraditoriamente, condição de humanização e de alienação, e projetar sua superação histórica na formação omnilateral dos indivíduos. O artigo destaca a atuação de Saviani na defesa da escola pública, laica e gratuita e enfatiza sua relevante crítica às políticas educacionais no contexto de desigualdade social e empresariamento da educação.
Palavras-chave: Educação; Dermeval Saviani; Mario Alighiero Manacorda; Educação pública.

Abstract
The objective of this article is to analyze Dermeval Saviani's contribution to the defense of the Brazilian public school in light of the theoretical assumptions of Marx (2013) and Manacorda (2010, 2012). Likewise, it seeks to highlight the centrality of the category of labor in understanding education as a historically determined social practice. To this end, it begins by addressing the theoretical-methodological foundations of labor and education within Marxism, followed by Saviani's contribution to the defense of the Brazilian public school. Grounded in historical and dialectical materialism, the author proposed Historical-Critical Pedagogy as an instrument for analysis and political intervention. This pedagogy articulates

[1]Doutora em Educação. UNESPAR Campus de Paranavaí. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0941-9839. E-mail: helen.vieira@unespar.edu
[2] Doutor em Educação. UEM. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7813-795. E-mail: caatoledo@uem.br.

https://doi.org/10.28998/2175-6600.2026v18n40.20761
Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0
Submetido em: 12/03/2026
Aceito em: 23/05/2026
Publicado: 11/11/2026

education with human formation and the project of society, while simultaneously problematizing capitalist contradictions in the democratization of knowledge. The theoretical mediation of Marx (2013) and Manacorda (2010, 2012) allows for demonstrating the contradictory nature of labor – which is, contradictorily, a condition for both humanization and alienation – and projects its historical overcoming through the omnilateral formation of individuals. The article highlights Saviani's role in defending public, secular, and free education and emphasizes his relevant critique of educational policies within the context of social inequality and the corporatization of education.
***Keywords**: Education; Dermeval Saviani; Mario Alighiero Manacorda; Public Education.*

Resumen
L'objectif de cet article est d'analyser la contribution de Dermeval Saviani à la défense de l'école publique brésilienne à la lumière des présupposés théoriques de Marx (2013) et de Manacorda (2010, 2012). De même, il cherche à mettre en évidence la centralité de la catégorie du travail dans la compréhension de l'éducation en tant que pratique sociale historiquement déterminée. À cette fin, il aborde d'abord les fondements théoriques et méthodologiques du travail et de l'éducation dans le marxisme, avant de passer à la contribution de Saviani à la défense de l'école publique brésilienne. Fondé sur le matérialisme historique et dialectique, l'auteur a proposé la Pédagogie Historico-Critique comme instrument d'analyse et d'intervention politique. Cette pédagogie articule l'éducation à la formation humaine et au projet de société, tout en problématisant les contradictions capitalistes dans la démocratisation du savoir. La médiation théorique de Marx (2013) et de Manacorda (2010, 2012) permet de montrer le caractère contradictoire du travail – c'est-à-dire, contradictoirement, condition d'humanisation et d'aliénation – et de projeter son dépassement historique dans la formation omnilatérale des individus. L'article souligne le rôle de Saviani dans la défense de l'école publique, laïque et gratuite, et met l'accent sur sa critique pertinente des politiques éducatives dans le contexte de l'inégalité sociale et de la marchandisation de l'éducation.
***Palabras clave**: Éducation; Dermeval Saviani; Mario Alighiero Manacorda; Éducation publique*.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A defesa da escola pública, laica, gratuita e universal constitui uma das principais arenas de disputa na sociedade capitalista contemporânea, especialmente em contextos de intensificação das políticas neoliberais e de mercantilização da educação. No Brasil, tais disputas se expressam de forma aguda nas reformas educacionais, na legislação do ensino e nas políticas públicas que, embora frequentemente apresentadas sob o discurso da democratização e da ampliação do acesso, revelam limites estruturais à efetiva socialização dos conhecimentos historicamente acumulados. Nesse contexto, é possível problematizar: em que medida a produção intelectual de Dermeval Saviani, fundamentada no marxismo, contribui para a defesa da escola pública brasileira?

Saviani consolidou-se como um dos principais intelectuais do campo educacional brasileiro e sua obra articula teoria pedagógica, análise histórica e

intervenção política. Ao formular a Pedagogia Histórico-Crítica, o autor oferece um referencial teórico que permite analisar a educação como prática social historicamente determinada, inserida nas contradições da sociedade de classes. Tal perspectiva mostra-se especialmente pertinente diante do avanço de concepções que reduzem a educação à formação de competências e habilidades demandadas pelo capital, esvaziando seu conteúdo formativo e seu potencial emancipatório. Assim, analisar a obra de Saviani significa contribuir para o aprofundamento do debate crítico sobre o papel da escola pública e sobre os limites e possibilidades das políticas educacionais no capitalismo.

Este trabalho ancora-se, ainda, na importância da contribuição teórica de Mario Alighiero Manacorda para a compreensão da relação entre trabalho e educação a partir da sua leitura rigorosa dos escritos de Karl Marx. Ao sistematizar e interpretar as reflexões marxianas sobre o trabalho, a formação humana e a educação, Manacorda (2010, 2012) fornece fundamentos decisivos para que analisemos o caráter contraditório do trabalho, simultaneamente condição de humanização e de alienação, e para projetar a perspectiva da formação omnilateral. A mediação teórica realizada por Manacorda (1964, 1990, 1991) ocupa lugar central nas produções de Saviani, especialmente no que se refere ao trabalho como princípio educativo, aspecto amplamente discutido na literatura marxista da educação e recorrente em suas obras.

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar a contribuição Dermeval Saviani na defesa da escola pública brasileira à luz dos pressupostos teóricos de Karl Marx e Mario Alighiero Manacorda, evidenciando a centralidade da categoria trabalho na compreensão da educação como prática social historicamente determinada. Dessa maneira, iniciamos tratando dos fundamentos teórico-metodológicos sobre trabalho e educação no marxismo, seguidos da contribuição de Dermeval Saviani na defesa da escola pública brasileira.

TRABALHO E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O educador Dermeval Saviani (1943-) que, em 25 de dezembro de 2025, completou seus 82 anos de vida, vem trabalhando intensamente na socialização da epistemologia marxista no campo da educação. Suas pesquisas versam sobre política educacional, história da educação e teorias da educação. Concluiu sua

graduação em Filosofia em 1966 na PUC-SP, iniciou sua carreira como docente em 1967, defendeu sua tese de doutorado em 1971 com o título: O conceito de sistema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, segundo o autor, foi a partir da produção dessa tese que passou a incorporar o materialismo histórico em seus estudos, visto que até então era orientado pela contribuição da fenomenologia (Saviani, 2021b).

Principiador da Pedagogia Histórico-Crítica, delineada no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cujas fontes ancoram-se no materialismo histórico, constituídas fundamentalmente pelas contribuições de Karl Marx, Antonio Gramsci e de outros autores que analisaram a problemática educativa na perspectiva marxista, dentre eles Mario Alighiero Manacorda, especialmente nas obras “Il marxismo e l’educazione” (1964), “O princípio educativo em Gramsci” (1990) e “Marx e a pedagogia moderna” (1991), Saviani (2008) objetivou construir uma resposta de contraponto às teorias crítico-reprodutivistas em voga no meio acadêmico a partir do final dos anos 1960.

A Pedagogia Histórico-Crítica é uma teoria educacional que compreende a educação como uma prática social historicamente determinada no contexto das contradições da sociedade de classes. Surge como crítica tanto à pedagogia tradicional quanto às pedagogias renovadoras (especialmente a escolanovista), superando-as por meio de uma abordagem dialética que articula conteúdo, método e finalidade social da educação. Portanto, situada no campo das teorias críticas, contudo, “ela diferencia-se da visão crítico-reprodutivista, uma vez que procura articular um tipo de orientação pedagógica que seja crítica sem ser reprodutivista” (Saviani, 1991, p. 70).

Seu pressuposto central versa sobre a função específica da escola que consiste na transmissão sistemática dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos (conteúdos clássicos) produzidos historicamente pela humanidade, possibilitando aos sujeitos das classes trabalhadoras o acesso ao saber elaborado, condição necessária à compreensão crítica da realidade com vistas à transformação social. A escola, assim, não deve limitar-se à reprodução do cotidiano ou aos interesses imediatos dos alunos, mas desvelar os aspectos essenciais e nebulosos das relações sociais (Saviani, 1991).

Do ponto de vista metodológico, a Pedagogia Histórico-Crítica organiza o processo educativo a partir do movimento dialético da prática social inicial**,** "onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social" (Saviani, 2011a, p. 422), passando pela problematização**,** instrumentalização e catarse, momento "da efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social" (Saviani, 2009, p. 64), culminando na prática social final,agora qualitativamente transformada. Esse movimento expressa a passagem da síncrese à síntese, mediada pela análise, constituindo um processo dialético de apropriação do conhecimento.

Em resumo, a Pedagogia Histórico-Crítica afirma a educação escolar como um ato político e intencional**,** comprometido com a formação humana integral e com a superação das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que reivindica a centralidade do trabalho educativo sistematizado e do papel do professor como mediador consciente do conhecimento histórico-socialmente produzido.

Em um texto publicado em 2021, Saviani (2021a, p. 145-147) reporta-se diretamente à contribuição de Mario Alighiero Manacorda sobre a formulação da Pedagogia Histórico-Crítica:

> quanto às passagens dos escritos de Marx referidas à educação, elas se encontram clara e didaticamente destacadas na obra de Manacorda, a princípio rastreando todos os textos na sua integralidade, o que resultou no livro *Il marxismo e l'educacione*, publicado em 1964; depois, destacando os aspectos mais significativos, como podemos ver no livro Marx e a pedagogia moderna.

Constatamos, nessa passagem, que Saviani (2021a) destaca Mario Alighiero Manacorda como o estudioso que garimpou filologicamente os textos marxianos e extraiu deles as passagens alusivas à educação, bem como, posteriormente, analisou as mais significativas, isto é, proporcionou ao leitor não apenas um roteiro, mas a elaboração didática sobre a teoria marxiana da educação. Tal contribuição fundamentou a elaboração da Pedagogia Histórico-Crítica.

É importante mencionar outros textos de Dermeval Saviani nos quais Mario Alighiero Manacorda é citado como autor que contribuiu para a discussão sobre o marxismo e a educação no Brasil, dentre os quais se destacam: "Educação

socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes" (Saviani, 2008); "Marxismo e pedagogia" (Saviani, 2011b); "O legado de Karl Marx para a educação" (Saviani, 2018); "Marxismo, educação e pedagogia" (Saviani, 2021a). Destacam-se, ainda, obras que abordam o trabalho como princípio educativo e a história da educação, fundamentadas nas formulações de Mario Alighiero Manacorda, tais como: "O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias" (Saviani, 1994); "O choque teórico da politecnia" (Saviani, 2003); "Pedagogia, paixão e crítica" (Saviani, 2014).

O marxismo possibilita a análise das contradições inerentes à educação na sociedade contemporânea, mas não se limita a esse âmbito, avançando no sentido de sua superação por meio de uma prática pedagógica crítica, articulada aos interesses populares de transformação social. Nesses termos, em seu texto "*Sobre a natureza e a especificidade da educação"*, publicado pela revista "*Em Aberto"* (INEP) em 1984 e, posteriormente, incorporado à obra "*Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações"* (1991), Saviani (1991, p. 19) elabora sua concepção de educação ao afirmar que "a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos". O autor ressalta que, para compreender a natureza da educação, é necessário apreender previamente a natureza humana partindo do pressuposto de que aquilo que diferencia o homem dos animais é o trabalho, entendido como fruto de uma ação intencional, cuja finalidade é mentalmente antecipada (Saviani, 1991). Portanto, "dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho" (Saviani, 1991, p. 19).

Ao analisarmos essa afirmativa, percebemos que está fundamentada nos escritos de Marx (2013, p. 188), especificamente no Capítulo 5: Processo de trabalho, do "O Capital" – livro primeiro.

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

É interessante ressaltar que nesse texto Marx (2013, p. 188) produz sua tese sobre o fundamento do trabalho humano como o transformador da natureza:

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Percebe-se, pois, que o trabalho constitui a chave para a interpretação do fenômeno educativo, o qual, por sua vez, se configura como uma forma específica de trabalho. Assim, "[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (Saviani, 1991, p. 21).

No que se refere à categoria trabalho, Manacorda (2012), na obra "Karl Marx e a liberdade", publicada no Brasil em 2012, afirma tratar-se do "coração das reflexões de Marx: sua concepção sobre a natureza humana e a relação dos homens com a assim chamada natureza" (Manacorda, 2012, p. 33). Todavia, o autor faz um alerta ao destacar que, nas formulações marxianas, "o trabalho não tem uma bela imagem, caracterizada como foi pelo seu caráter irremediavelmente contraditório" (Manacorda, 2012, p. 33). Nessa perspectiva, Manacorda (2012) indica o caráter contraditório do trabalho ao evidenciar as duas faces de sua unidade: de um lado, o trabalho como relação do homem com a natureza, por meio da qual a transforma conforme suas necessidades; de outro, seu valor negativo, expresso historicamente nas conotações semânticas associadas ao termo, tais como fadiga, sofrimento e ação degradante para quem o realiza, decorrentes da socialização unilateral da força de trabalho, isto é, de sua divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (Manacorda, 2012).

Dessa maneira, procurando explicitar o caráter contraditório e negativo do trabalho que perdura ao longo da história, Manacorda (2012) prossegue sua análise indicando que, no seio dessa contradição existe a possibilidade de superação do aspecto negativo no momento em que a produção material e ou imaterial advinda do

trabalho avançar, e o valor-trabalho – *plus lavoro* –não mais for expropriado pelos burgueses, ou seja, à cabo da sociedade capitalista, portanto, na sociedade sem classes, quando o trabalho torna-se liberdade do homem (Manacorda, 2012).

> Mas, em suma o trabalho torna-se ou não liberdade? Para Marx, o trabalho, enquanto troca orgânica com a natureza, permanece sempre no reino da necessidade, já o reino da liberdade começa além da esfera da imediata produção material necessária à subsistência. A liberdade é a liberdade do 'trabalho necessário' (ao sustento do trabalhador) e daquele plus-trabalho destinado à produção do lucro [...] (Manacorda, 2012, p. 53).

Na sociedade capitalista, o tempo de trabalho que excede as necessidades humanas do trabalhador é destinado ao aumento das taxas de lucro do capital, esse plus-trabalho, se não expropriado, pode ser convertido em tempo livre, tempo de ócio e tempo disponível para o desenvolvimento das faculdades superiores, logo, aumentando a verdadeira riqueza dos homens (Manacorda, 2012). Assim,

> se, numa sociedade dividida em classes, a contradição maior consiste no fato de que o trabalho produz em abundância o não trabalho, a riqueza, o gozo e o consumo para poucos, da perspectiva histórica, torna-se possibilidade de riqueza, gozo e consumo para todos (Manacorda, 2012, p. 53).

O mesmo autor é objetivo ao afirmar a possibilidade da formação integral do homem – formação omnilateral – apartir dessa nova perspectiva de gestão do tempo do trabalho que se dá com o avanço da ciência da produção e com a revolucionária relação entre a instrução e o trabalho produtivo. Para que isso se efetive:

> [...] o marxismo não rejeita, mas assume todas as conquistas ideais e práticas da burguesia no campo da instrução, já mencionadas: universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural, assunção da temática trabalho, como também a compreensão dos aspectos literário, intelectual, moral, físico, industrial e cívico. O que o marxismo acrescenta de próprio é, além de uma dura crítica à burguesia pela incapacidade de realizar estes seus programas, uma assunção mais radical e consequente destas premissas e uma concepção mais orgânica da união instrução-trabalho na perspectiva oweniana de uma formação total de todos os homens (Manacorda, 2010, p. 357).

Percebemos que não se trata de um raciocínio vazio de sentido ou de possibilidades, pelo contrário, trata-se de um pensamento analítico, que parte do real no qual há a possibilidade de efetivação, haja vista que a história é movimento e

nele existe a perspectiva de superação. Com isso, desenha-se no horizonte uma sociedade constituída de homens verdadeiramente livres e omnilateralmente desenvolvidos.

Essas teses sobre trabalho, plus trabalho e formação omnilateral são interpretadas por Saviani (2008, p. 241) da seguinte maneira:

> Como assinala Manacorda em *Il marxismo e l´educazione*, estamos diante de uma problemática que é central no marxismo: o caminho da humanidade movendo-se da genérica natureza humana originária caracterizada por múltiplas ocupações, passa pela formação de uma capacidade produtiva específica provocada pela divisão natural do trabalho e chega à conquista de uma capacidade omnilateral baseada, agora, numa divisão do trabalho voluntária e consciente envolvendo uma variedade indefinida de ocupações produtivas em que ciência e trabalho coincidem. Está em causa, aí, a momentosa questão da passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade [...].

A partir dessa leitura é possível apreendermos a relevância da categoria trabalho ao analisar as questões do fenômeno educativo no desenrolar da história, em específico, na sociedade contemporânea, com especial atenção para suas manifestações contraditórias e possibilidades de desdobramentos futuros com vistas à superação dos

> [...] entraves que caracterizam a atual ordem social, caminhando em direção a uma forma social em que os homens – todos os homens – possam se beneficiar do imenso desenvolvimento das forças produtivas que resultaram em inestimáveis conquistas obtidas com muito sofrimento pelo conjunto da humanidade ao longo de sua existência. Evidentemente, no estágio histórico já atingido, esse movimento de transformação não pode mais ser deixado à mercê de uma evolução natural e espontânea. Necessita, ao contrário, ser organizado de forma voluntária e consciente de modo a superar a atual divisão e desumanização do homem, seja ele considerado como indivíduo ou como classe. E, por se tratar de um processo voluntário e consciente, não pode prescindir do concurso da educação (Saviani, 2008, p. 245-246).

Fica evidente a importância da relação entre trabalho e educação no contexto de transformação da sociedade de classes e o marxismo configura-se como a teoria que instrumentaliza essa ação na medida em que desvenda as contradições do sistema capitalista.

CONTRIBUIÇÃO DE DERMEVAL SAVIANI NA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Em 2021, o blog “Marxismo21: divulgando a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo” incluiu Dermeval Saviani na lista de autores marxistas contemplados com um dossiê publicado em sua página na internet. Criado em 15 de agosto de 2012, o “Marxismo21” conta com um Comitê Editorial e um Conselho Consultivo compostos por representantes de diversas universidades, muitos deles com vasta produção intelectual, dentre eles, destacamos: Gilberto Calil, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marcos Del Roio, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Virgínia Fontes, da Universidade Federal Fluminense – UFF (estes fizeram parte de sua criação), José Claudinei Lombardi e Ricardo Antunes, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, e Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A proposta editorial é clara ao afirmar que, por mais de um século, vem sendo anunciado que o marxismo foi superado. Contudo, esse anúncio não se confirma, visto que tal teoria tem “despertado um significativo e abrangente interesse em todo mundo” (Proposta editorial, 2021, on-line) e a justificativa está no conteúdo científico e crítico do marxismo, que possibilita não apenas “análise e diagnóstico da crise estrutural do capitalismo como também para a radical superação desta forma de sociabilidade, sobretudo a partir da mais recente crise da economia capitalista” (Proposta editorial, 2021, on-line).

Seu objetivo geral foca a socialização das diferentes interpretações sobre a obra de Marx, não apenas aos pesquisadores e acadêmicos, mas também aestudantes do Ensino Médio, professores, partidários e militantes sociais e “pretende ser, sobretudo, um instrumento útil e valioso na luta teórica, política e ideológica pela difusão do pensamento marxista, crítico e transformador” (Proposta editorial, 2021, on-line).

Dentre os autores marxistas contemplados no “Marxismo21” evidenciamos os nomes de Caio Prado Júnior (1907-1990), Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), Ciro Flammarion Cardoso (1942-2013), Edmundo Fernandes Dias (1942-2013), Florestan Fernandes (1920-1995), Leandro Konder (1936-2014), Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e Octavio Ianni (1926-2004). Para cada autor foi criada uma página virtual contendo seu dossiê, com o registro biográfico, *links* de livros, artigos,

entrevistas, publicações sobre o autor (dissertações, teses, artigos) e vídeos. Trata-se, pois, de um abastado celeiro para pesquisas e socialização da teoria marxista.

José Claudinei Lombardi foi o responsável por fazer a apresentação e a coordenação de uma entrevista exclusiva com Saviani (2021b). O conteúdo da "Entrevista com Dermeval Saviani, um educador marxista", realizada em abril 2021, revela um relevante percurso intelectual, certamente uma referência de contribuição à formação dos educadores brasileiros (Saviani, 2021b).

Na entrevista em questão, encontramos análise no âmbito da política educacional; história da educação; pedagogia e teorias da educação. Sobre a política educacional, o autor relaciona suas produções, algumas delas foram revisadas, atualizadas e/ou ampliadas em virtude do movimento das políticas da educação efetivadas em nosso país. Esclarece que há, nessas obras, uma certa especificidade. Trata-se de "livros-documento porque são acompanhados de anexos com a transcrição integral dos documentos legais (leis, decretos, pareceres, resoluções) objetos de análise efetuadas" (Saviani, 2021b, p. 11), por exemplo, sua Tese de Doutorado, publicada em formato de livro no ano de 1973, com o título: "Educação brasileira: estrutura e sistema", que em 2021 teve sua 12ª.

De suas diversas publicações, destacamos o artigo "Contribuição à elaboração da nova LDB: um início de conversa", publicado em 1988, no qual se encontra a apresentação de uma "proposta de texto para a LDB, esboço de um anteprojeto com dez títulos e sessenta e oito artigos" (Saviani, 2021b, p. 11), que foi assumido pelo deputado Octávio Elísio, na Câmara dos Deputados, como projeto de LDB fazendo apenas uma "certa ampliação no Título IX referente aos recursos para educação" (Saviani, 2021b, p. 11), portanto, trata-se do germe da Nova LDB, alinhado aos objetivos da classe trabalhadora, em conformidade com a recente Constituição Federal de 1988, com observaremos a seguir.

Para além das publicações, durante essas quase cinco décadas de trabalho, Dermeval Saviani orientou diversas teses de doutorado e dissertações de mestrado, ajudou na organização do campo educacional brasileiro, esteve envolvido na coordenação do Programa de Mestrado em Educação da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, foi docente nos Programas *Stricto sensu* da PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas e UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba e participou como

sócio-fundador na criação das entidades educacionais, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Participação como sócio-fundador de entidades educacionais

Sigla	Entidade	Ano
CEDEC	Centro de Estudos da Cultura Contemporânea	1976
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação	1977
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade. Responsável pela Revista Educação & Sociedade	1978
ANDE	Associação Nacional de Educação. Responsável pela Revista ANDE	1979
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"	1986
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação. Eleito presidente na gestão – 1999-2001	1999

Fonte: Elaboração própria (2026), baseado em Bittar (2019) e Lombardi (2021).

As três primeiras entidades foram responsáveis pela organização das "Conferências Brasileiras de Educação – CBEs", a primeira ocorreu, em 1980, na PUC-SP. Ao observarmos o conteúdo dessas conferências, constatamos que estavam alinhadas com os debates efervescentes do período, sendo que a I CBE tratou do tema: "A política educacional"; a II CBE, realizada em 1982: "Educação: perspectiva na democratização da sociedade"; a III CBE em 1984:"Da crítica às propostas de ação"; a IV CBE em 1986: "A Educação na Constituinte"; a V CBE em 1988: "A lei de Diretrizes e Bases da educação nacional"; a VI CBE em 1991: "Política nacional de Educação" (Saviani, 2011a).

Nesse contexto, enfatizamos o robusto teor das discussões realizadas na"IV Conferência Brasileira de Educação", realizada em 1986, em Goiânia, que reuniu seis mil participantes/pesquisadores/educadores, oriundos dos diversos estados do Brasil, e resultou em um documento produzido coletivamente, que recebeu o nome de "Carta de Goiânia". Nessa carta encontram-se registradas as reivindicações dos educadores brasileiros a serem contempladas na elaboração da nova Carta Constitucional que seria redigida no ano seguinte, na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, naquele momento histórico de fim dos mais de 20 anos de ditadura militar (Saviani, 2011a).

A Carta contém uma síntese da histórica precariedade da educação brasileira até aquele momento, indicando que:

> [...] no âmbito da Educação, o país continua convivendo com problemas crônicos referentes à universalização e qualidade do ensino, a gratuidade escolar, as condições de trabalho do magistério e a escassez e má distribuição das verbas públicas. Não é demais relembrar alguns dados que revelam o estado lastimável em que se encontra a educação nacional: » mais de 50% de alunos repetentes ou excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1º Grau; » cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola: » 30% de analfabetos adultos, e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica; » 22% de professores leigos; » precária formação e aperfeiçoamento profissional dos professores de todo o país; » salários aviltados em todos os graus de ensino (Carta de Goiânia, 2018, p. 460).

Diante dessa realidade, os educadores ali comprometidos com a escola pública, laica, gratuita e para todos “renovam sua disposição de luta, exigindo que os problemas educacionais sejam tratados de maneira responsável e coerente, tendo em vista as reais necessidades e interesses da população” (Carta de Goiânia, 2018, p. 461) e segue listando suas reivindicações por meio de 20 princípios que deveriam ser inscritos no texto constitucional. A nosso ver, o Princípio 1 constitui-se no coração das reivindicações educacionais, pois é o que garante a democratização da educação: “A educação escolar é direito de todos os brasileiros e será gratuita e laica nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino” (Carta de Goiânia, 2018, p. 461), os demais princípios vão afirmar detalhadamente esse primeiro, confirmando a responsabilidade do Estado no seu desenvolvimento e garantia de efetivação.

Como fruto do trabalho da Assembléia Constituinte, a “Constituição da República Federativa do Brasil” foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e reservou 10 artigos que tratam especificamente da educação. O primeiro especifica: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 109).

Trata-se do enunciado que abre espaço para a atuação de outros atores sociais que não aqueles diretamente vinculados ao sistema público de educação.

A Carta de Goiânia (2018) é enfática ao afirmar que o Estado é o responsável exclusivo pela implantação e pela garantia da gratuidade da educação escolar, não fazendo qualquer menção à participação da sociedade ou da família nesse processo. Em contrapartida, a Constituição de 1988 introduz, já em seu primeiro

artigo dedicado à educação (art. 205), a noção de que a educação constitui também dever da família e que sua promoção e incentivo ocorrerão em colaboração com a sociedade (Brasil, 1988). Tal formulação, longe de ser neutra, expressa uma inflexão política significativa, pois, ao inscrever a colaboração da sociedade como determinação normativa – evidenciada pelo uso do verbo "será" no modo afirmativo – cria brechas institucionais para a inserção de interesses privados e empresariais na definição, organização e execução das políticas educacionais.

Tais brechas à atuação empresarial na educação, indicadas por Farias (2021), fundamentado nos escritos gramscianos, são compreendidas como Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs), cujo objetivo é conformar a educação aos ditames do capital internacional, isto é, às necessidades do mercado. No Brasil, destacam-se os grupos empresariais que compõem o movimento "Todos Pela Educação", com especial atenção à atuação de Lemann e seus sócios[3].

Na concepção gramsciana, "as fundações, os institutos e as organizações empresariais compõem os aparelhos privados de hegemonia" (Farias, 2021, p. 736), os quais se expandiram em larga escala nas últimas décadas e vêm tensionando e ganhando a disputa pelos rumos da educação brasileira na contemporaneidade. Essa atuação materializa-se na articulação de diferentes ações e políticas, tais como: a Reforma do Ensino Médio, que fragmenta o conhecimento e o reduz a uma perspectiva utilitarista e pragmática, orientada para a formação do sujeito empreendedor, proativo e adaptável às instabilidades econômicas, em um contexto marcado pela precarização do trabalho e pela substantiva perda de direitos trabalhistas; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com sua concepção de educação centrada no desenvolvimento de habilidades e competências; e as parcerias público-privadas na gestão escolar, que canalizam recursos do orçamento público para empresas privadas, afastando-se radicalmente do princípio da gestão democrática da educação.

Nesse contexto, asseveram as desigualdades e dualidades no ensino, afastando, assim, a possibilidade da efetivação de uma educação de qualidade (revolucionária) para todos[4].

[3] Para saber mais sobre Jorge Paulo Leman e sócios sugerimos a leitura de: Farias (2021).

[4] No limite desse texto não é possível apresentar a discussão de maneira detalhada. Listamos aqui as empresas que financiam o movimento Todos pela educação: "Fundação Itaú Social, Fundação

Dessa maneira, a ampliação formal de atores envolvidos na educação não significa, necessariamente, democratização do acesso ao conhecimento, mas pode operar como mecanismo de subordinação da escola pública às exigências do capital, reforçando a lógica de mercantilização, a dualidade educacional e a fragmentação do direito à educação. Trata-se, portanto, de um deslocamento que expressa a disputa entre projetos antagônicos de sociedade e evidencia os limites estruturais impostos pela ordem capitalista à efetivação de uma educação pública, laica, gratuita, universal e socialmente referenciada.

Todavia, há necessidade de expressar que a Constituição Federal de 1988 apresenta-se como um avanço rumo ao Estado Democrático de Direito, especificamente no que diz respeito à educação, porém, com limites impostos pela sociedade capitalista (Brasil, 1988).

Nesse sentido, Saviani (2008, p. 257) explica que:

> O desenvolvimento da educação e, especificamente, da escola pública entra em contradição com as exigências inerentes à sociedade de classes de tipo capitalista. Esta, ao mesmo tempo em que a universalização da forma escolar de educação, não a pode realizar plenamente, porque isso implicaria a sua própria superação. Com efeito, o acesso a todos, em igualdade de condições, à escola pública organizadas com o mesmo padrão de qualidade, viabilizaria a apropriação do saber por parte dos trabalhadores. Mas a sociedade capitalista se funda exatamente na apropriação independente do trabalhador e se define como propriedade privada do capital. O trabalhador, não sendo proprietário de meios de produção, mas apenas de sua força de trabalho não pode, portanto, se apropriar do saber. Assim, a escola pública, concebida como instituição de instrução popular destinada, portanto, a garantir a todos o acesso ao saber, entra em contradição com a sociedade capitalista.

Educação pública, laica e gratuita para todos não é nova, é uma reivindicação burguesa do final do século XVIII, mas, com limites para sua implementação impostos pela própria burguesia, visto que nessa sociedade o saber é meio de produção, então, a plena democratização do conhecimento/saber realizado pela escola não estaria em consonância com os princípios capitalistas, que se resumem

Bradesco, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Camargo Correa, Instituto Unibanco, Itaú BBA1, Santander, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, DPaschoal, contando, ainda, com os seguintes parceiros: Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Fundação Victor Civita, McKinsey & Company, Instituto Natura, Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento" (Saviani, 2021b, p. 27).

no lucro advindo da expropriação do trabalho humano e que resulta na produção e no desenvolvimento da ciência e tecnologia.

> Em suma, na sua radicalidade, o desafio posto pela sociedade de classes do tipo capitalista à educação pública só poderá ser enfrentado em sentido próprio, isto é, radicalmente, com a superação dessa forma de sociedade. A luta pela escola pública coincide, portanto, com a luta pelo socialismo, por ser esta uma forma de produção que socializa os meios de produção superando sua apropriação privada. Com isso socializa-se o saber viabilizando sua apropriação pelos trabalhadores, isto é, pelo conjunto da população (Saviani, 2008, p. 257).

Por isso, a luta pela democratização do ensino, nos termos de uma escola pública, de qualidade, laica e para todos, ainda permanece na pauta do dia e a teoria/ciência que instrumentaliza essa luta é o marxismo, pois proporciona a compreensão e o desvelamento dessas fragilidades e contradições, bem como propõe uma saída, ou seja, a transformação da sociedade, pois

> [...] o enfrentamento dos desafios postos à educação pública pela sociedade de classes passa, do ponto de vista da pedagogia histórico-crítica, pela luta por uma escola pública que garanta aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais, entendida como um componente na luta mais ampla pela superação da própria sociedade de classes. Devemos, pois, nos empenhar em ampliar diuturnamente o processo de conquista da escola pública pelos trabalhadores, considerada como um espaço vital para a apropriação, por parte desses mesmos trabalhadores, dos conhecimentos sistematizados, isto é, da ciência como força produtiva, sem perder de vista, em momento algum, o horizonte de construção de uma sociedade sem classes, pois só então as conquistas perfilhadas serão definitivamente asseguradas (Saviani, 2008, p. 271).

Nesses termos, a revolução pode ser feita cotidianamente ao garantirmos a melhor escola, o melhor ensino, o melhor espaço e a oportunidade de apropriação do conhecimento pelos alunos. Desse modo, a luta permanece e é nas ações coletivas que os educadores podem permanecer na luta. Conforme o que foi exposto, Dermeval Saviani mostra-se, desde o início de sua carreira, como um educador compromissado e engajado na defesa da escola pública. Isso foi comprovado pela atuação junto à mobilização e organização do campo educacional, com a criação da ANPEd, CEDES, ANDE, CEDEC, HISTEDBR e SBHE.

Suas análises, apoiadas no marxismo, instrumentalizam a luta por uma educação humanista, transformadora, compromissada com uma educação pública,

laica, gratuita e universal, pautada no trabalho como princípio educativo, portanto, em uma formação omnilateral.

Por fim, destacamos que o autor afirma que é no âmbito da política que essa luta se trava, não devendo desvincular a dimensão política da educação em favor de seu caráter técnico.

> A educação não está divorciada do meio social, sendo, ao contrário, determinada pelas características da sociedade na qual está inserida. E quando, como na situação atual, a sociedade está dividida em classes cujos interesses são antagônicos, e a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes sociais fundamentais. Nessas condições, a função técnica da educação é sempre subsumida pela função política, isto é, ainda que a educação seja interpretada como uma tarefa meramente técnica, nem por isso ela deixa de cumprir uma função política. Aliás, limitá-la à função técnica é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes. Assim, é só por ingenuidade que se poderia acreditar no caráter apolítico da educação. Assumir o caráter político da educação significa posicionar-se no quadro da correlação de forças que contrapõe aqueles que buscam perpetuar e aqueles que lutam para transformar a sociedade. Isso quer dizer que o compromisso da educação, criticamente encarado, implica assumir a causa dos dominados hoje mais frequentemente chamados excluídos (Saviani, 2014, p. 44).

Nesse contexto, Saviani (2014) tem se apresentado como formador de gerações de educadores, seja por meio de sua atividade profissional como docente e orientador nos cursos de Pedagogia ou na Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado, seja por sua vasta produção intelectual ou pela formulação da Pedagogia Histórico-Crítica, ou ainda por ser o líder/criador de um dos maiores grupos de pesquisas no campo da história da educação, o HISTEDBR, com sua abrangência nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção intelectual de Dermeval Saviani, articulada à contribuição teórica de Mario Alighiero Manacorda, oferece um referencial crítico consistente para a interpretação das políticas educacionais brasileiras. Ao compreender a educação como prática social e a escola pública como espaço estratégico de disputa, Saviani evidencia que as políticas educacionais expressam interesses de classe e não podem ser analisadas de forma dissociada do projeto societário que as sustenta.

A centralidade da categoria trabalho, apropriada a partir da leitura marxiana mediada por Mario Alighiero Manacorda, possibilita desvelar o caráter contraditório das políticas que ampliam o tempo escolar ou reformulam currículos sem garantir o acesso efetivo ao conhecimento científico e reforçando a dualidade educacional histórica. Desse modo, a crítica de Saviani demonstra que a universalização formal da educação, quando desvinculada da socialização do saber, tende a aprofundar as desigualdades e a subordinar a escola às exigências do mercado.

A defesa da escola pública, laica, gratuita e universal, tal como defendida por Saviani, constitui-se como um posicionamento político que enfrenta os limites das políticas educacionais vigentes e afirma a educação como direito social e dever do Estado. A apropriação crítica da obra de Manacorda “Il marxismo e l’educazione” (1964), “O princípio educativo em Gramsci” (1990) e “Marx e a pedagogia moderna” (1991), fortalece essa análise ao fornecer fundamentos teóricos para compreender a relação entre trabalho, formação humana e políticas educacionais, reafirmando a necessidade de um projeto educacional comprometido com a emancipação da classe trabalhadora. A Pedagogia Histórico-Crítica permanece atual como instrumento teórico-político para a análise e a contestação das políticas educacionais em contextos de intensificação das reformas neoliberais e de mercantilização da educação.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa. Vinte anos da Sociedade Brasileira de História da Educação: com os olhos no futuro. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19, e071, p. 1-17, 2019. Disponível em: DOI: http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e071. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47242/pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

CARTA DE GOIÂNIA. IV Conferência Brasileira de Educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 12, n. 24, p. 459-463, nov./dez. 2018. DOI: 10.22420/rde.v12i24.931. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/931. Acesso em: 14 jan. 2026.

FARIAS, Adriana Medeiros. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 735-765, ago. 2021. DOI: https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44302/25249. Acesso em: 26 fev. 2026.

LOMBARDI, José Claudinei. Apresentação: Dermeval Saviani: um marxista da educação. **Marxismo21**, abr. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1gUmQ0LebDfD4mZSwcGPTp5oZxigvg7Fe/view. Acesso em 14 jan. 2026.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Il marxismo e l'educazione- testi e documenti**: Marx, Engels, Lênin. Roma: Editora Armando, 1964. v. 1.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio Educativo em Gramsci**: americanismo e conformismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Karl Marx e a liberdade**. Campinas: Alínea, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital, tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. E-book.

PROPOSTA Editorial. *In*: **Marxismo21**. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/04/PROPOSTA-EDITORIAL.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. **Em Aberto**, Brasília, DF, ano 33, n. 22, p. 1-6, jul./ago. 1984. Disponível em: https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1886/1625. Acesso em: 1 mar. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Contribuição à elaboração da nova LDB: um início de conversa. **ANDE – Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo, n. 13, p. 5-14, jan. 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETTI, João Celso; ZIBAS, Dagmar Maria Lourdes; MADEIRA, Felícia Regina; FRANCO, Maria Laura Pinto Barbosa (org.). **Novas tecnologias trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico a politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.Disponível em: https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1958/1027. Acesso em: 1 mar. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os desafios da sociedade de classes. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 223-274.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011a.

SAVIANI, Dermeval. Marxismo e pedagogia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 41, p. 16-27, abr. 2011b. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639892/7455. Acesso em: 1 mar. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia, paixão e crítica. *In*: SAVIANI, Dermeval. **O lunar de Sepé**: paixão, dilemas e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 37-46.

SAVIANI, Dermeval. O legado de Karl Marx para a educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 72-83, maio 2018. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26557/16020. Acesso em: 1 mar. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Marxismo, educação e pedagogia. *In*: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes**: a Pedagogia Histórico-Crítica contra a barbárie. Campinas: Autores Associados, 2021a. p. 137-163.

SAVIANI, Dermeval. Entrevista com Dermeval Saviani, um educador marxista. [Entrevista cedida a] José Claudinei Lombard *et al*. **Marxismo21**, abr., 2021b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1M0D56xejSMQ2kNlzN2bg6LjnqjM_5-NQ/view. Acesso em: 14 jan. 2026.